

Fernando Henrique reage a críticas

■ Ministro diz que Moscardo condena o que não conhece, porque só Itamar leu plano

SÃO PAULO — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, rebateu as críticas feitas ao plano de estabilização pelo ministro da Cultura, Jerônimo Moscardo. "Ele não conhece o plano e, se fez críticas a ele, foi no vazio. Ninguém leu o plano e só agora o presidente o tem em mãos. Portanto, se o ministro falou alguma coisa foi sem base", reagiu Fernando Henrique, ao participar do congresso nacional do PSDB.

O ministro reconhece que há pessoas torcendo contra seu trabalho, com receio de que o sucesso viabilize sua candidatura a presidente da República. "Jamais coloquei essa questão de candidatura. Seria colocar o carro na frente dos bois e tenho rejeitado isso. Tenho que ser o ministro da Fazenda que faça o que o Brasil precisa. Quem torce contra é porque mede os outros pelo próprio tamanho, que é pequenininho", disse. Segundo Fernando Henrique, a sociedade quer que o plano econômico dê certo e não que o ministro dê certo.

A seguir, fez um alerta: "Os que não desejam que a inflação caia

também já começam a perceber que a situação chegou a um ponto que ela tem o perigo de se descontrolar. Isso é ruim para todos. Por outro lado, é o povo quem paga o preço da inflação".

Sobre a revisão constitucional, Fernando Henrique afirmou que, independentemente do que o Congresso decida, é preciso dar uma medida profissional que permita a governabilidade em 1994 e também em 1995. "Nós temos apenas uma emenda, a do ajuste fiscal, e com ele aprovada poderemos governar, não importa o tempo que o Congresso leve para concluir a revisão", garantiu.

Os repórteres questionaram sobre a participação de membros do PSDB no escândalo do orçamento e a assessoria prestada à empreiteira CBPO, integrante do grupo Odebrecht, pelo ex-secretário de Orçamento da União Aurélio Nonô Valença. Fernando Henrique respondeu que "todos os partidos têm alguém citado na CPI. Quanto ao Nonô, pelo que sei ele não é mais assessor e foi citado de maneira que não o implica em corrupção".